



Agrupamento de Escolas Leal da Câmara

# PROJETO EDUCATIVO 2014-2017



# PROJETO EDUCATIVO

2014-2017

«UNIR, ENVOLVER E AJUDAR A CONSTRUIR FUTUROS»

(Jorge Lemos, *Projeto de Intervenção*, Abril 2013)

*Iremos procurar a razão da giesta  
a razão do amarelo  
iremos procurar a razão  
iremos procurar  
e os olhos tomarão todas as cores  
as cores de tudo*

Pedro Tamen, *O Livro do Sapateiro*, D. Quixote, 2010



## ÍNDICE

I.	Introdução.....	4
II.	A nossa Visão .....	6
III.	A nossa Missão.....	8
IV.	Caraterização e Diagnóstico.....	10
1.	O Meio – contexto geográfico e sociodemográfico.....	10
2.	O Agrupamento – contexto educativo .....	11
V.	Pontos fortes e áreas de melhoria prioritárias.....	27
VI.	Dimensões e objetivos do PE .....	29
VII.	Instrumentos de Operacionalização do Projeto Educativo .....	52
VIII.	Divulgação, acompanhamento e avaliação do projeto educativo .....	53
1.	Divulgação.....	53
2.	Acompanhamento e Avaliação.....	53
IX.	Bibliografia .....	56
X.	Anexos.....	57
1.	Leal da Câmara: o patrono do Agrupamento .....	57
2.	Organização Pedagógica do Agrupamento.....	59



## I. INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo (PE) é, por excelência, o documento estruturante da função educativa, assumindo um papel ainda mais relevante em momentos cruciais da vida dos estabelecimentos de ensino, como é o momento que o Agrupamento de Escolas Leal da Câmara está a vivenciar.

Constituído em julho de 2012, como Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro (AERM) e rebatizado em 2014 como Agrupamento de Escolas Leal da Câmara (AELC), este estabelecimento engloba a Escola Secundária Leal da Câmara (ESLC), que é escola-sede, e as escolas do antigo Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro Padre Alberto Neto (AERM PAN) - Escola Básica n.º 1 de Rio de Mouro (EB1-RM), Escola Básica n.º 2 de Rio de Mouro (EB2-RM), Escola Básica n.º 2 da Rinchoa (EB2-Rinchoa), Escola Básica n.º 2 da Serra das Minas (EB2-SM) e Escola Básica Padre Alberto Neto (EB-PAN). Dada a sua constituição recente, o Agrupamento está a viver um processo de construção da sua identidade e a procurar um caminho que permita o crescimento conjunto e articulado das escolas que o integram.

Tarefa muito difícil, dirão alguns, mas que não deixa de se constituir como um enorme e estimulante desafio, o qual, acreditamos, será plenamente atingido com a união e o envolvimento de toda a comunidade educativa. Afinal, como relembra o sábio provérbio africano «É preciso toda uma aldeia para educar uma criança» e o Agrupamento é essa Aldeia, ainda jovem e constituída pela diversidade, mas imbuída da mesma vontade de envolver, educar, ensinar e ajudar as crianças e os jovens a crescer e a construir o seu futuro, com serenidade e alegria.

Impregnados pelo espírito acima referido, procurou-se que este Projeto Educativo, em vigor durante o triénio de 2014-2017, refletisse desde já os primeiros passos dados na construção da identidade do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara e que, à medida que vá sendo aplicado, monitorizado e, se necessário, sujeito a reformulações, vá espelhando, de modo cada vez mais clarividente, os princípios, as normas e os valores partilhados por todas as escolas do Agrupamento, no óbvio respeito pelas particularidades de cada uma, de modo a que, um dia, não muito longínquo, possamos falar na existência de uma cultura de Agrupamento, construída no respeito pela cultura de cada uma das escolas que o constitui.



Para atingir os objetivos explícitos e implícitos nesta introdução, o presente Projeto Educativo, que se pretende, tal como o Projeto de Intervenção do Diretor apresentado em abril de 2013, um documento «para a ação», constrói-se através de três dimensões, que se considerou serem as áreas/valências fulcrais da ação educativa: a dimensão de ensino e da aprendizagem, a dimensão social, cultural e de cidadania e a dimensão organizacional. Em cada uma das dimensões referidas foram estabelecidos objetivos gerais, objetivos estratégicos, orientações estratégicas, metas a atingir e respetivos meios de verificação.

Para realizarmos a caracterização e o diagnóstico, a partir dos quais chegámos às dimensões e aos itens que os constituem, recorreremos sobretudo a documentos estruturantes do atual Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, a documentos estruturantes do antigo Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro Padre Alberto Neto, a documentos estruturantes de cada Escola do Agrupamento e também, como não podia deixar de ser, ao conhecimento empírico da vida das escolas.

As diretrizes deste Projeto Educativo poderão ser operacionalizadas, mediante a elaboração de planos de ação focados no quotidiano de cada escola do Agrupamento, criando condições para que a comunidade se aproprie do Projeto e se mobilize para o concretizar.

Pretende-se que este Projeto Educativo seja um documento vivo, subjacente a toda a ação educativa do Agrupamento. Só assim fará sentido.



## II. A NOSSA VISÃO

---

*O Agrupamento deve constituir-se como um espaço promotor de aprendizagens que favoreçam a competência, estimulem o sentido crítico e conduzam a formas de participação na escola e na sociedade qualificadas, ativas e responsáveis, valorizando a diferença e o mérito e respeitando as necessidades específicas de cada aluno.*

---

O Agrupamento de Escolas Leal da Câmara é muito mais do que uma instituição onde, a cada ano, se ensinam matérias diversas. É uma entidade construída a partir do encontro de diferentes realidades, que respeita a sua história passada e presente e se mantém empenhada numa ação sustentada que respeite e responda, de forma justa e equitativa, às expectativas dos que se seguirão.

Para que assim suceda tem de saber acolher desejos, sonhos, projetos de vida dos alunos, que, em conjunto, todos nos esforçaremos por concretizar. Às vezes basta estar atento, abrir uma janela, proporcionar um recurso, dar mais uma ajuda na compreensão de uma matéria difícil, elogiar uma capacidade ou apenas oferecer um sorriso de compreensão e estímulo. E, quando um aluno que tinha dificuldades a Matemática revela progressos na sua avaliação, um aluno com necessidades educativas especiais conquista a sua autonomia, outro que seguiu a via profissional consegue um emprego, um outro nos visita para dizer que já é médico, ou, simplesmente, que é feliz, a Escola inteira rejubila, porque, em boa verdade, o êxito é coletivo.

Tem também de estar atento ao que se passa ao seu redor e saber interagir com o meio em que está inserido. A sociedade atual rege-se pela complexidade e o Agrupamento não deve ignorá-lo. Deve sim apetrechar os seus alunos com as ferramentas necessárias para que possam viver (n)essa complexidade como cidadãos lúcidos, responsáveis e solidários.

Nesta perspetiva de escola como espaço facilitador da construção pessoal, com uma função integradora junto dos seus alunos, o Agrupamento pretende ser uma instituição de referência. Uma instituição ao serviço da comunidade.



A nossa visão é, portanto, uma visão consciente e mobilizadora, favorável a um modo de atuação intencional, refletido e integrador, que nos permita acolher a diferença, ajudar a abrir caminhos e a concretizar projetos e sonhos, isto é, que permita que a vida aconteça, com toda a sua variedade e fulgor. Afinal a Educação, como diz John Dewey<sup>1</sup>, «não é a preparação para a vida, é a própria vida».

---

<sup>1</sup> John Dewey (s.d), BrainyQuote.com. Acedido a 15 de julho de 2014. Disponível em <http://www.brainyquote.com/quotes/quotes/j/johndewey154060.html>





### III. A NOSSA MISSÃO

---

*Prestar com eficácia um Ensino de qualidade, norteado por valores éticos de equidade, solidariedade e respeito pelo outro, combatendo o insucesso e o abandono escolares e assumindo o compromisso com a formação integral dos alunos, de modo a garantir-lhes condições para a prossecução dos estudos e/ou a sua integração plena na vida ativa.*

---

Ainda a Escola não existia como Instituição e já era motivo de reflexão para os pensadores da Educação, que, ao longo dos tempos propuseram modelos que foram sendo incorporados na organização escolar e na prática pedagógica. Porém, nem os pensadores, nem os agentes envolvidos na educação (pais, professores, funcionários das escolas, comunidade) alguma vez tiveram em mãos um desafio tão difícil e, ao mesmo tempo, tão estimulante como é o de educar e ensinar no início do século XXI.

Esta realidade resulta da complexidade das sociedades atuais, em que, por um lado, as certezas do passado desapareceram, e, por outro, a Família e a Escola - as instituições que tradicionalmente desempenhavam o papel de educar as crianças e os jovens - vêm sendo marcadas por alguma instabilidade.

O acesso generalizado aos meios de comunicação social e à Internet, como defende Neil Postman<sup>2</sup>, faz que as crianças e os jovens acedam muito precocemente a informações que anteriormente iam recebendo de forma progressiva e com a ajuda da interpretação dos adultos.

A proliferação de meios tecnológicos e este acesso precoce a uma quantidade imensa de informação, nem sempre devidamente processada, a par do enfraquecimento da capacidade socializadora de muitas famílias, colocam a escola perante uma nova realidade, antes de mais, pela disparidade entre o mundo que é hoje o das crianças e jovens e o que as escolas têm abertura e condições para lhes oferecer.

O Agrupamento terá, por isso, de enfrentar o enorme desafio de mobilizar vontades, esforços e estratégias para despoletar nos alunos a curiosidade e o desejo de saber e

---

<sup>2</sup> Neil Postman, *The Disappearance of the Childhood*. Nova Iorque. Vintage Books. 1982



para os dotar com as ferramentas necessárias a um adequado desenvolvimento. Para além disso, a escola terá de encontrar estratégias para superar os constrangimentos que possam decorrer da perda de prestígio e de autoridade da escola e do professor, resultante da horizontalização das relações familiares e pedagógicas, bem como da existência de alguma dissociação entre a ascensão escolar e a ascensão social (ter mais estudos não implica necessariamente ter melhor emprego ou subir na hierarquia social); do alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos de idade; da existência de alunos oriundos de outros países e com culturas muito diversificadas; da necessidade de integração plena dos alunos com necessidades educativas especiais; das dificuldades socioeconómicas de um leque cada vez mais alargado de alunos.

Em simultâneo, o Agrupamento tem a missão primordial de ministrar um ensino de qualidade, norteado por valores éticos universais, e de combater o insucesso e o abandono escolares, de modo a garantir aos alunos condições para a prossecução dos estudos e/ou para a sua integração plena na vida ativa/no mundo do trabalho.

O repto é difícil e complexo, mas estimulante e compensador. Necessariamente, tal implicará o compromisso de todos (professores, funcionários, alunos, pais/encarregados de educação, instituições locais, tutela) para fazer deste Projeto Educativo a matriz da nossa atuação. Só desse modo será possível dar continuidade ao trabalho meritório que temos vindo a desenvolver com os nossos alunos ao longo dos anos.

Tal como na vida, em Educação, temos de querer e acreditar com determinação, para que a vontade prevaleça e se concretize. A união de esforços, o envolvimento e o trabalho de todos e de cada um serão o garante de que este Projeto Educativo para 2014-2017 chegará a bom porto, seja quais forem os obstáculos que tenhamos de superar.



## IV. CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

### 1. O MEIO – CONTEXTO GEOGRÁFICO E SOCIODEMOGRÁFICO

O Agrupamento de Escolas Leal da Câmara localiza-se na Freguesia de Rio de Mouro, no Concelho de Sintra.

Inscrita na Área Metropolitana de Lisboa, a Freguesia de Rio de Mouro apresenta limitações equivalentes às dos restantes dormitórios que circundam a cidade de Lisboa, mas, ao longo dos anos, assistiu-se a uma transformação positiva em muitos dos espaços urbanos. Várias zonas foram ordenadas e requalificadas, e algumas outras evoluíram como zonas residenciais de notória qualidade.

Mais recentemente, tem-se assistido a uma deslocação de parte da população mais favorecida para outros concelhos. Ainda assim, Rio de Mouro mantém-se como zona suburbana bastante estável e consolidada, circunstância esta que importa valorizar, mesmo considerando que o referido equilíbrio possa ser precário. De facto, começam a surgir sinais que apontam para nova destruturação no plano social, a que a atual crise não será porventura alheia.

Neste contexto bastante heterogéneo, a escola pública tem uma função integradora muito importante. O seu contributo para o desenvolvimento do sentido de pertença a uma comunidade e para a construção de referências sociais positivas, a partir do confronto de diferentes expectativas, naturalmente apoia e promove um desenvolvimento local mais sustentado e harmonioso. Ao contextualizar o processo educativo, e sabendo tirar partido da diversidade social e cultural que a compõe, a escola pública aliará à função educativa esta outra função maior.

De acordo com os Censos de 2011, o Concelho de Sintra é o segundo mais populoso do país, tendo crescido em termos demográfico 3,9%, entre 2001 e 2011. Por sua vez, a freguesia de Rio de Mouro é a segunda freguesia do Concelho com mais população, 41694 habitantes. Contudo, a situação tende a mudar. Entre 2001 e 2011, Rio de Mouro perdeu 10,4% dos seus residentes, os fluxos emigratórios intensificaram-se e a imigração é hoje irrelevante.

A estrutura etária da freguesia apresenta uma grande proporção de população jovem, em parte devido a um crescimento natural positivo e a uma imigração que chegou a ser muito significativa antes da crise económica de 2008. No entanto, a redução continuada



da natalidade já se faz sentir nas Escolas Básicas do 1.º ciclo, onde o número de turmas tem vindo a diminuir.

Cerca de 10,3% da população residente na freguesia nasceu no estrangeiro. A diversidade de origens implica uma grande heterogeneidade de mentalidades e de expectativas, tornando-se, por vezes, complexa a adaptação aos novos contextos socioculturais. O processo de integração escolar dos filhos dos imigrantes tem determinado, por parte das escolas do Agrupamento, a criação de estruturas de apoio social e pedagógico orientadas para esta realidade multicultural.

A população residente em Rio de Mouro apresenta baixos níveis de qualificação académica. Apenas 21,6% da população concluiu o Ensino secundário e 6,3% têm uma Licenciatura.

Na freguesia de Rio de Mouro dominam as famílias de reduzida dimensão. Aproximadamente 72,3% das famílias são constituídas por menos de quatro elementos. Os dados estatísticos permitem constatar alguma fragilidade nas estruturas familiares.

## 2. O AGRUPAMENTO – CONTEXTO EDUCATIVO

O serviço letivo prestado pelo AELC desenvolve-se do pré-escolar ao ensino secundário, sendo de notar que as respetivas unidades distam entre 0,2 km a 2,0 km da escola sede, pelo que se verifica uma aceitável proximidade geográfica.

Em 2009, o anterior AERM PAN foi considerado Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP). O Projeto TEIP continua a ser desenvolvido, com principal incidência nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, e é regularmente monitorizado pela tutela.

O AELC é Escola de Referência para a Educação de alunos Cegos e com Baixa Visão e disponibiliza uma Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo, para os alunos do 1.º Ciclo. Encontra-se, ainda, sediado na EB-PAN, o Centro de Recursos TIC para a Educação Especial (CRTIC Sintra), cuja área de abrangência integra os concelhos de Sintra, Cascais, Oeiras e Mafra.

O AELC tem focado os seus esforços na construção de uma matriz identitária forte e coesa, baseada, antes de mais, nas melhores práticas do anterior AERM PAN e da ESLC. Embora de formação muito recente, o Agrupamento tem dado passos significativos na construção de uma cultura organizacional própria, que tem vindo a ser enriquecida pelas dinâmicas entretanto geradas em resposta às novas necessidades de um serviço educativo que se pretende manter de qualidade.



## Caraterização do Agrupamento

A maioria dos dados a seguir apresentados reportam ao ano letivo de 2013/2014, e tomam como referência os dados fornecidos pelo Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do Ministério da Educação - MISI@, as avaliações externas realizadas pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC), os documentos emanados do Gabinete de Avaliação de Escola (GAE) do Agrupamento, bem como outros documentos respeitantes à organização e gestão internas.

### Oferta formativa

O Agrupamento organiza a sua oferta educativa de acordo com o estabelecido pela rede escolar e em função de um conjunto de critérios próprios. Relativamente ao ensino diurno, o Agrupamento considera, entre outros aspetos:

- o número de turmas a constituir, face à capacidade das escolas;
- a disponibilidade de laboratórios e de outras instalações específicas;
- a necessidade de diversificação dos percursos formativos nos ensinos básico e secundário;
- a necessidade de resposta às expectativas e interesses da comunidade local, em articulação com as escolas do ensino básico da sua área de influência, no que se refere ao ensino secundário, e considerando a oferta formativa dos restantes Agrupamentos;
- a necessidade de oferta curricular alternativa no ensino básico.

Em relação ao ensino noturno, o Agrupamento estabelece a sua oferta formativa em função das necessidades e expectativas da comunidade local, incluindo a necessidade de resposta ao contrato de parceria que mantém com o Estabelecimento Prisional de Sintra.

Ao nível do ensino básico, as escolas do Agrupamento têm procurado diversificar a oferta formativa, estratégia, aliás, destacada como contributo positivo para a resolução do insucesso reiterado de alguns alunos, na última avaliação externa do antigo AERM PAN, feita pela IGE.

A oferta curricular relativa ao ensino secundário diurno inclui, no âmbito dos cursos científico-humanísticos, Cursos de Artes Visuais, Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades e, no âmbito dos cursos profissionais, Cursos de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores, Técnico de Multimédia e Técnico de Apoio à Gestão Desportiva.



No ensino noturno, em 2013/2014, a oferta curricular integrou Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) de Certificação Escolar, Cursos Científico-Humanísticos nas áreas das Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades, no âmbito do ensino recorrente, e ainda Formações Modelares (Unidades de Formação de Curta Duração), Formação em Competências Básicas e Português para Estrangeiros (Português Para Todos). A oferta relativa ao ensino recorrente contemplou uma turma de ensino não presencial. Na ESLC funcionou também uma turma de Português para Todos (níveis A e B). No âmbito da parceria da ESLC com o estabelecimento Prisional de Sintra, foram constituídas 2 turmas de Formações Modulares (de Francês, iniciação e continuação), que funcionaram no referido estabelecimento.

Com a última agregação, a EB-PAN passou a funcionar exclusivamente em regime diurno, tendo os cursos EFA, de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) e de Alfabetização, passado a ser lecionados na ESLC.

O Agrupamento disponibiliza aos seus alunos uma vasta oferta educativa extracurricular, assegurada por um conjunto diverso de atividades: atividades de enriquecimento curricular (AEC), organizadas para o 1.º ciclo do ensino básico, e núcleos, projetos, clubes e outras iniciativas destinadas aos diferentes ciclos, no domínio desportivo, cultural, social e artístico. Sublinha-se o facto de a comunidade reconhecer a importante função destas atividades na formação pessoal e social dos alunos, bem como no respetivo processo de integração escolar.

A importância tradicionalmente atribuída pelas diferentes escolas do Agrupamento às atividades de complemento curricular na formação dos alunos tem sido alvo de apreciações bastante positivas por parte da Inspeção Geral de Educação e Ciência, em sucessivas avaliações. A título de exemplo, cita-se o Relatório da Avaliação Externa do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro Padre Alberto Neto, realizada em 2008:

“Os órgãos de gestão do Agrupamento mostram-se muito atentos às características do contexto socioeconómico e cultural e têm assegurado respostas às diferentes expectativas dos alunos e encarregados de educação, procurando desenvolver nos alunos um maior interesse pela escola, de forma a valorizar as aprendizagens, quer através das atividades de enriquecimento curricular nos diferentes níveis de ensino, quer através das atividades culturais, quer através de ofertas formativas.” (IGE, 2008)

Pela sua relevância referem-se, ainda, três dos pontos fortes no desempenho da Escola Secundária Leal da Câmara realizados pela IGE na Avaliação Externa, realizada em 2011:

- “A qualidade do serviço educativo prestado pela Escola, que lhe confere uma ótima imagem junto da comunidade e a considera uma referência”;



- “ O enfoque no ensino experimental das ciências, indutor de um papel dinâmico dos alunos na sua aprendizagem, no âmbito curricular e extracurricular;”
- “A mais-valia das inúmeras parcerias e projetos desenvolvidos na prossecução dos objetivos emergentes dos documentos estruturantes da ação educativa, com reflexos muito positivos no serviço prestado;” (IGE, 2011)

### Serviços e Iniciativas de Apoio ao Aluno

O AELC assegura vários serviços de apoio educativo destinados a promover a integração escolar dos alunos e a proporcionar formas adequadas de acompanhamento e orientação escolar. Neste contexto, distinguem-se:

- O Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) - que integra a Provedoria do Aluno, a Tutoria, o Gabinete de Gestão de Conflitos (GGC), o Apoio Pedagógico e o Programa de Educação para a Saúde (PES) - e Salas de Estudo (SE);
- O Apoio à Gestão da Indisciplina e à Reintegração (AGIR), que foi criado para apoio à gestão da indisciplina na Escola Padre Alberto Neto.

O Projeto Sala de Estudo, existente na ESLC, foi alargado, em 2013/2014, à EB-PAN. Em traços gerais, a atividade desenvolvida neste âmbito tem por finalidade estimular nos alunos o gosto pelos estudos, promover o desenvolvimento de hábitos de trabalho autónomo, desenvolver competências que facilitem as aprendizagens dos alunos, auxiliar os alunos no seu trabalho escolar regular, bem como apoiá-los na preparação para os exames ou outros momentos específicos de avaliação.

Por outro lado, o Agrupamento assegura um conjunto de serviços especializados de apoio educativo, que integra, atualmente, a Educação Especial, os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) e a Ação Social Escolar, beneficiando, ainda, da atividade desenvolvida pelo CRTIC Sintra.

O departamento de Educação Especial tem vindo a estabelecer protocolos com várias Instituições, quer no âmbito da rede de Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) criada pelo Ministério da Educação e Ciência, quer no âmbito de instituições privadas prestadoras de serviços terapêuticos e cujos processos são suportados pelos subsídios de educação especial da Segurança Social. Atualmente o Agrupamento tem protocolos estabelecidos com:

- a CERCITOP (Centro de Educação e Reabilitação de Deficientes de Todo o País), como CRI integrante da área de abrangência deste Agrupamento, na prestação de apoio aos alunos



com necessidades educativas especiais nas áreas de Terapia da Fala, Psicomotricidade, Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

- o Centro Clínico FACE a FASE, na avaliação e acompanhamento em Psicologia;
- empresas da comunidade que recebem os alunos com Currículos Específicos Individuais para estágios de sensibilização pré-profissional;
- a Câmara Municipal de Sintra (financiamento de projetos de intervenção como, por exemplo, Terapia Assistida com Cães).

O Agrupamento, para além das respostas previstas na lei (tais como a sua constituição como Escola de Referência e a Unidade de Ensino Estruturado), tem vindo a organizar outras respostas específicas: Projeto Currículos Alternativos e Sala de Atividades Funcionais.

Um dos recursos proporcionados pelo Projeto TEIP que se tem revelado uma mais-valia é a equipa de ação social, constituída por uma assistente social e por duas educadoras sociais. Em articulação com a Coordenação da Escola/Direção do Agrupamento, com os diretores de turma e o AGIR, a equipa de Ação Social tem apoiado o processo de integração dos alunos.

## **Bibliotecas**

Cada escola do AELC dispõe de uma Biblioteca Escolar (BE), a qual constitui um espaço pedagógico que visa facultar aos alunos e professores e à comunidade escolar, o acesso à informação, educação, cultura e lazer, disponibilizando recursos humanos, documentos de diferentes tipos e suportes, equipamentos e um conjunto de serviços e atividades adequadas ao perfil e necessidades dos seus utilizadores.

As BE da maioria das escolas do Agrupamento (EB1-RM, EB2-Rinchoa, EB-PAN e ESLC) desenvolvem a sua atividade no âmbito do acordo de cooperação celebrado com o Programa da Rede das Bibliotecas Escolares, e em coerência com o Projeto Educativo e as orientações definidas pelos órgãos de gestão do Agrupamento.

No ano letivo de 2013/2014, foi oferecida uma importante coleção de livros à BE da ESLC (Coleção Fernando Moreira), o que sem dúvida veio enriquecer e diversificar o acervo existente. Por outro lado, a constituição de uma parceria com a Junta de Freguesia de Rio de Mouro possibilitou a abertura da BE à comunidade local. Deste modo, a BE poderá facultar o seu acervo de mais de 13000 títulos a um muito mais vasto número de utilizadores, tornando-se mais ampla e efetiva a relação do Agrupamento com a comunidade.





Além do acervo disponível nas suas instalações, as BE do Agrupamento disponibilizam, na Internet, uma Infoteca e um Blogue onde são divulgados diferentes temas e atividades de interesse cultural.

### Desporto Escolar

O Desporto Escolar (DE) visa a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis, constituindo-se como um instrumento de grande utilidade e eficácia no combate ao insucesso e abandono escolares e na promoção da inclusão. O Clube do Desporto Escolar - unidade organizativa que serve de suporte ao desenvolvimento e execução do DE - é uma das áreas de referência do Agrupamento, conforme destaca a seguinte referência:

“No domínio desportivo, as modalidades associadas ao Desporto Escolar são objeto de muitos prémios, fruto de um trabalho persistente e continuado.” (in Relatório AEE - ESLC - 2011, p. 6, 1º §).

No ano letivo de 2013/2014, o DE envolveu cerca de 4000 participantes, distribuídos por 16 núcleos e 10 modalidades diferentes. Os objetivos específicos e decisões estratégicas do Clube têm passado pelo aumento do número de alunos envolvidos, pela diversificação da oferta de atividades/modalidades, pelo incremento da participação de alunos do sexo feminino, pela inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e pela oportunidade de prática de modalidades às quais a grande maioria dos alunos não teria acesso.

### Alunos

Em 2013/2014, estavam inscritos no AELC 3549 alunos, incluindo a educação pré-escolar e o ensino noturno, assim distribuídos:

Pré-escolar	Básico				Total	
	Regular			CEF		EFA Escolar (not.)
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
209	773	445	542	28	103	2100

Secundário				Total
Regular CH	Profissional	EFA (noturno)	Recorrente (noturno)	
1048	299	43	59	1449

1. Fonte: MISI, 2013/2014 (final do 2º Período)



No ensino diurno registam-se, pois, 1788 no ensino básico e 1347 no ensino secundário. A escola de 1.º ciclo de maior dimensão é a da Serra das Minas, com 304 alunos.

Ao longo dos últimos anos, o número de alunos referenciados com necessidades educativas especiais aumentou significativamente, passando de 70 para 153 alunos. Este aumento resultou, entre outros fatores, das sucessivas agregações que o Agrupamento sofreu.

Até ao ano letivo de 2012/2013, a maioria destes alunos concluiu o seu percurso escolar no 9.º Ano de escolaridade. Com o alargamento da escolaridade obrigatória para doze anos, esta realidade sofrerá alterações e, naturalmente, induzirá novas respostas face às efetivas necessidades destes alunos.

Em 2013/2014, foram constituídas 146 turmas no total, incluindo 9 turmas do pré-escolar.

	Pré-escolar	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo (diurno)			3º Ciclo (not.)
		Regular	PCA	Regular	PCA	Regular	PCA	CEF	
EB1-RM	2	8						2	
EB2-RM	2	7							
EB2-Rinchoa	1	4	1						
EB2-SM	4	12	1						
EB-PAN				18	2	22	3	2	
ESLC									4
Total	9	31	2	18		22		2	4

	Secundário				PPT	Formações Modulares
	Científico-Humanísticos	Cursos Profissionais	EFA	Recorrente		
ESLC	38	12	3	2	1	2

2. Fonte: MISI, 2013 (início do ano letivo)

Relativamente ao triénio 2009-2013, o número de turmas variou pouco, embora tenha aumentado o número total de alunos. O aumento do número de alunos por turma tem sido considerado excessivo pelos docentes, em particular nas turmas com insucesso escolar elevado, ou nos casos em que a dimensão da turma, aliada à exiguidade e falta de condições da sala de aula, potencia as situações de indisciplina. A ocupação das salas de aula a 100% limita algumas das estratégias e atividades que poderiam ser pertinentes no combate ao insucesso escolar.



No âmbito da Ação Social Escolar (escalões A e B) foram bonificados 91 alunos no pré-escolar, 328 no 1.º ciclo, 203 alunos no 2.º ciclo, 253 no 3.º ciclo e 305 no ensino secundário, num total de 1180 auxílios prestados. Foi também atribuída bolsa de mérito a 40 alunos do ensino secundário.

O número tão expressivo de alunos a bonificar (43,5% no 1.º ciclo, 44,6% dos alunos no conjunto dos 2.º e 3.º ciclos e 22,6% no secundário) reflete o elevado número de famílias carenciadas registado sobretudo nas escolas do ensino básico. No ensino secundário a média do rendimento das famílias situa-se acima da média nacional.

### **Encarregados de Educação**

Quanto à composição do agregado familiar, a maioria dos agregados (70%) é constituída por 3 ou 4 elementos, havendo uma clara preponderância dos agregados com 4 elementos. Não se verificam diferenças significativas entre os ciclos e as escolas.

Relativamente às habilitações literárias, 32% dos pais dos alunos tem o 9.º ano de escolaridade, seguido de perto dos que possuem o 12.º ano. No conjunto do Agrupamento verifica-se uma percentagem significativa de pais que possuem habilitações literárias abaixo do 9.º ano (24%).

Ao nível das habilitações literárias dos pais registam-se algumas diferenças entre escolas. A EB2 da Serra das Minas e a EB-PAN são os únicos estabelecimentos onde a maioria dos pais possui apenas o 9.º ano. Nas restantes escolas, a maioria possui pelo menos o 12.º ano. Na ESLC existe uma percentagem significativa de pais com habilitações académicas superiores.

As Associações de Pais e Encarregados de Educação são bastante dinâmicas, colaborando com a Escola/Agrupamento em diferentes circunstâncias e desenvolvendo algumas atividades por iniciativa própria.

### **Professores**

Em 2013/2014 encontram-se 327 docentes em efetividade de funções no Agrupamento, 281 dos quais pertencem ao quadro e 46 são contratados.

A maioria das escolas do Agrupamento distingue-se pela estabilidade do corpo docente. A exceção refere-se à EB-PAN, onde cerca de 40% dos docentes são contratados.

A instabilidade do corpo docente na EB-PAN não favorece o desenvolvimento de práticas continuadas, podendo mesmo prejudicar projetos mais dependentes da continuidade



pedagógica, como por exemplo, os desenvolvidos no âmbito das direções de turma. Contudo, o conhecimento que os docentes do quadro têm do meio em que a Escola se integra, o seu nível de comprometimento com a instituição e a qualidade do relacionamento pedagógico que, em geral, estabelecem com os alunos têm sido uma mais-valia na prossecução de finalidades educativas importantes, bem como na transmissão de linhas de atuação orientadoras junto dos novos professores.

### **Assistentes operacionais e assistentes técnicos**

Em 2013/2014, exerceram funções no Agrupamento 91 assistentes operacionais e 12 assistentes técnicos. Acrescem a estes valores 7 funcionários colocados no AELC pela Câmara Municipal de Sintra (CMS), ao abrigo do Programa “Contrato de Emprego e Inserção”.

A constituição do presente Agrupamento não obrigou a alterações significativas na distribuição dos assistentes operacionais, porém implicou a reorganização dos serviços administrativos, que funcionam em dois polos, na escola sede e na EB-PAN.

O quadro do pessoal não docente é relativamente estável. Cerca de metade dos funcionários (53) estão afetos à CMS e os restantes ao MEC.

A par da competência profissional de grande parte do pessoal não docente, destaca-se a qualidade do relacionamento pessoal estabelecido por alguns com os restantes elementos da comunidade escolar, em particular com os alunos.

### **Recursos Materiais**

A manutenção dos espaços escolares (áreas edificadas e espaços exteriores) tem sido uma preocupação permanente do Agrupamento. Nos últimos anos têm sido realizadas diversas intervenções (pintura de paredes e de algumas salas/oficinas, recuperação de pavimentos, manutenção do mobiliário escolar, etc.), procurando evitar que as condições de trabalho e vivência do espaço escolar se degradem.

A maioria das escolas do Agrupamento dispõe de instalações e equipamentos adequados à função educativa. Nas escolas do ensino básico, as principais insuficiências referem-se à inexistência de espaços de recreio adequados e, nas escolas EB2-RM e EB2-Rinchoa, de espaços destinados à prática de Educação Física. Por sua vez, a ESLC necessita de uma intervenção no exterior dos edifícios, ao nível do isolamento e pintura.



A EB-PAN apresenta uma grande degradação dos espaços interiores e exteriores, aguardando obras de requalificação. Nesta escola verifica-se, ainda, a carência de equipamento e espaços específicos (laboratórios, salas TIC, refeitório, entre outros).

As TIC têm desempenhado um papel central na dinâmica organizacional do Agrupamento. Todos os serviços prestados (bibliotecas, secretaria, vencimentos, gestão de faltas dos alunos, etc.) estão informatizados e funcionam com eficiência, ao nível do Agrupamento. Contudo, no que respeita à integração/utilização das TIC na sala de aula, continua a ser necessário investir no reforço e melhoria dos equipamentos e na generalização de meios informáticos. O parque informático da ESLC continua a ser bastante distinto dos recursos informáticos disponíveis nas restantes escolas, ainda que seja necessário proceder à renovação de alguns equipamentos.

### **Recursos financeiros**

As despesas do Agrupamento são suportadas financeiramente pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) e pelo Orçamento Privativo (OP).

As receitas do OGE têm ficado aquém das propostas apresentadas pelo Agrupamento e o OP tem também vindo a diminuir progressivamente. Pela importância do OP na aquisição de equipamento/recursos e na manutenção das instalações, a quebra de receitas neste orçamento tem necessariamente impactos negativos.

Além das verbas decorrentes do Projeto TEIP e do apoio dado pela CMS às atividades de enriquecimento curricular, o Agrupamento procura apoiar-se noutras verbas por si geradas, decorrentes da aplicação de taxas e emolumentos em atos administrativos, de lucros do bufete, do aluguer do pavilhão gimnodesportivo ou de salas de aula.

O Agrupamento procura gerir de forma adequada os recursos financeiros, privilegiando a aquisição de equipamentos e materiais necessários à realização das atividades de carácter pedagógico. Todavia, os recursos disponíveis revelam-se insuficientes face à dimensão das necessidades a que urge dar resposta, como seja a melhoria de instalações (salas de aula e laboratórios) ou o reforço do equipamento informático. A resolução de parte destes problemas depende do apoio financeiro do MEC. Ainda assim, o Agrupamento pretende reforçar as suas fontes de financiamento. Entre outras possibilidades, mediante a apresentação de projetos da iniciativa de elementos da comunidade escolar e a apresentação de candidaturas a concursos na área da educação.



### **Ambiente educativo**

Vive-se atualmente nas escolas do Agrupamento um ambiente de serenidade, que tem permitido ultrapassar os constrangimentos que todos os dias se colocam à ação educativa. Este clima favorece o trabalho em conjunto, a troca e a partilha de experiências e de recursos pedagógicos, abrindo ainda espaço para a reflexão sobre as práticas letivas.

Neste âmbito, será preciso investir sobretudo na criação de estratégias que possibilitem o conhecimento mútuo da realidade e do trabalho que se faz em cada escola, de modo a haver uma maior articulação de procedimentos, estratégias e práticas entre escolas e entre ciclos.

### **Procedimentos de autoavaliação**

O desenvolvimento de procedimentos de autoavaliação, mediante a aplicação de diferentes instrumentos - observatórios de qualidade, avaliação segundo o modelo da CAF (*Common Assessment Framework*), consultas pontuais temáticas - tem sido uma prática regular na ESLC. Dada a sua importância, os procedimentos tradicionalmente desenvolvidos foram generalizados a todo o Agrupamento. O GAE passou, assim, a proceder ao tratamento sistemático dos dados resultantes das diferentes formas de avaliação interna, bem como dos relativos ao sucesso escolar, ao nível do Agrupamento.

A última avaliação CAF, aplicada a todas as escolas do Agrupamento, foi, de resto, um dos principais instrumentos de diagnóstico no processo de elaboração do presente PE.



## Sucesso Escolar

A partir dos diferentes momentos de autoavaliação que são regularmente desenvolvidos, constata-se que o sucesso escolar no Agrupamento apresenta um conjunto importante de resultados positivos, quer quantitativos, quer qualitativos, que importa continuar a garantir. Ainda assim, a melhoria das taxas de frequência e conclusão dos ciclos de ensino/cursos nos períodos regulamentares, bem como a melhoria de índices de sucesso e de excelência em todos os níveis de ensino mantêm-se como prioritárias.

Os dados a seguir apresentados referem-se ao período 2011-2013, exceto nos casos em que não existem dados relativos a 2011/2012. À data de elaboração do PE, verificam-se situações em que os dados estão dependentes dos resultados das provas de exame nacional, sendo, nestes casos, indicados como não disponíveis (n.d.).

Relativamente às **taxas de transição/aprovação** por ciclo de ensino, registaram-se os seguintes valores:

		2011/2012	2012/2013	2013/2014
1.º ciclo	4.º ano	92,8%	96%	95,2% <sup>(2)</sup>
2.º ciclo	5.º ano	88,8%	94%	90,0%
	6.º ano		86%	73,8%
3.º ciclo	7.º ano	92%	80%	68,6%
	8.º ano		92%	84,9%
	9.º ano		90%	78,8%
secundário	10.º ano	75%	74%	81,1%
	11.º ano	79%	84%	n.d.
	12.º ano	48% <sup>(1)</sup>	54% <sup>(1)</sup>	n.d.

<sup>(1)</sup> A taxa de aprovação relativa ao 12.º ano inclui os resultados dos exames nacionais.

<sup>(2)</sup> No 1º ciclo, até à data de aprovação do PE ainda existem 3 alunos em condições de transitar de ano.



No 1.º ciclo, a taxa de transição/aprovação situa-se acima dos 90%; no 6.º ano e no 3.º ciclo, as taxas de transição/aprovação têm vindo a decrescer; no 12.º ano, estes valores diminuem significativamente.

Nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário (cursos científico-humanísticos), as taxas de abandono escolar/desistência são as seguintes:

		2011/2012	2012/2013	2013/2014
1.º ciclo	4.º ano	0%	0%	0%
2.º ciclo	5.º ano	0%	0,45%	0%
	6.º ano			
3.º ciclo	7.º ano	0,23%	3,96%	0%
	8.º ano			0,006 %
	9.º ano			0%
secundário (cursos gerais)	10.º ano	6,4%	8,2	2,5%
	11.º ano	7,6%	7,8	6,7%
	12.º ano	5,7%	5,2	2,6%

Nos cursos profissionais registaram-se a seguintes **anulações de matrícula/ transferências**:

		2011/2012	2012/2013	2013/2014
secundário (c. profissionais)	1.º ano	15,79%	22,6%	14,5%
	2.º ano	17,07%	18,3%	12,12%
	3.º ano	4,17%	1,1%	3,7%

Quanto à taxa de abandono e desistência no ensino secundário, regista-se uma redução dos valores em 2012/2013. No ensino profissional, relativamente aos 1.º e 2.º anos, verifica-se uma redução significativa da percentagem de anulações de matrícula/transferências em 2012/2013.





Relativamente aos resultados obtidos pelos alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos nos exames nacionais registaram-se os seguintes valores:

Exames nacionais		Percentagem de classificações positivas	
		2012/2013	2013/2014
1.º ciclo	4.º ano / Port.	38%	73,88%
	4.º ano / Mat.	47%	46,27%
2.º ciclo	6.º ano / Port.	63%	67,2%
	6.º ano / Mat.	27%	29,9%
3.º ciclo	9.º ano / Port.	27%	55,7%
	9.º ano / Mat.	22%	42,6%

Quanto aos resultados obtidos pelos alunos do ensino secundário (cursos científico-humanísticos) nos exames nacionais registaram-se os seguintes valores:

Exames nacionais	Percentagem de disciplinas <sup>(3)</sup>	
	2012/2013	2013/2014
1ª e 2ª fases		
Média da CE - média da CIF $\geq$ -2	25%	n.d.
Média da CE - média da CIF $\geq$ -3	50%	n.d.
Média da CE $\geq$ média nacional	43,8%	n.d.
Média da CE em 1.º, 2.º ou 3.º lugar a nível concelhio	56,3%	n.d.

<sup>(3)</sup> Foi considerado um conjunto de 16 disciplinas (de 11.º e 12.º anos) com prova de exame nacional.

Relativamente ao acesso ao ensino superior, no período 2004-2013, a maior percentagem de alunos a apresentar candidatura na 1.ª fase verificou-se em 2008. A partir dessa data, o número de candidatos tem vindo a decrescer.



Acesso ao ensino superior	1.ª fase / 2.ª fase		
	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Alunos que apresentaram candidatura	39% / 31%	34% / 23%	n.d.
Alunos colocados	82% / 65%	91% / 71%	n.d.

Em relação aos  **cursos profissionais** (ensino secundário), verifica-se o seguinte:

	Valores relativos à média dos 4 cursos		
	2011/2012 <sup>(4)</sup>	2012/2013 <sup>(5)</sup>	2013/2014
Alunos no início do ciclo / no final do ciclo	37/23	93 / 54	95/65
Alunos que realizaram a PAP / Média das classificações obtidas	78% / 14,1 valores	45% / 15,4 valores	38,5% / 15,8 valores
Alunos que realizaram a FCT / Média das classificações obtidas	74% / 15,9 valores	79% / 16,5 valores	78,5% / 15,8 valores
Taxa de conclusão em 3 anos	39%	24%	27,7%

<sup>(4)</sup> Os cursos de Multimédia e Apoio à Gestão Desportiva não tinham turma do 3.º ano em 2011/2012.

<sup>(5)</sup> O curso de Apoio à Gestão Desportiva não tinha turma de 3.º ano em 2012/2013.

No âmbito dos cursos profissionais do ensino secundário, para efeitos de formação em contexto de trabalho, a ESLC trabalha com um total de 24 empresas. Importa referir que o número de empresas com protocolo para a FCT tem dado resposta a todos os alunos que reúnem condições para o efeito.



## Relação com a Comunidade

O Agrupamento atribui particular atenção ao modo como se relaciona com a comunidade local, quer na forma como procura adequar o serviço educativo prestado aos seus interesses e necessidades, quer no propósito de disponibilizar e prestar outros serviços que estejam ao seu alcance.

Ao longo dos anos, as escolas do Agrupamento têm visto o seu trabalho reconhecido e acarinhado pela comunidade local. Parceiros de longa data em muitas iniciativas, mas também em momentos de dificuldade, cada escola do Agrupamento tem podido contar com o apoio das famílias, das mais diversas instituições e da autarquia (JFRM e CMS). Enquanto Agrupamento, o AELC mantém o firme propósito de assegurar um serviço educativo de qualidade e de contribuir para o desenvolvimento social e cultural da comunidade. Neste sentido, mas também como forma de viabilizar novas iniciativas que conduzam à melhoria do sucesso escolar dos seus alunos, o Agrupamento espera poder continuar a dispor das parcerias existentes, tendo a capacidade de estabelecer novos acordos em função de novas metas.

Atualmente, o Agrupamento tem acordos e protocolos com instituições de ensino, empresas e associações (culturais, sociais e desportivas).



## V. PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA PRIORITÁRIAS

A partir dos dados recolhidos em diferentes momentos de autoavaliação, do confronto das diferentes expectativas com os resultados obtidos, bem como das representações e percepções transmitidas pelas estruturas e órgãos de coordenação, foi possível fazer-se uma análise global da prestação do Agrupamento, identificando os principais pontos favoráveis e os aspetos críticos.

Dos instrumentos de avaliação utilizados, destacam-se, pela sua relevância e abrangência, o processo de autoavaliação realizado no ano letivo de 2013-2014 (segundo o modelo CAF) e os processos de avaliação desenvolvidos no contexto do Projeto TEIP.

### Pontos fortes

Os resultados escolares em algumas áreas curriculares/disciplinas dos diferentes ciclos.

A experiência e competência profissional da maioria dos docentes.

A relação entre os elementos da comunidade escolar.

A satisfação da maioria dos alunos e pais/encarregados de educação em relação à Escola/Agrupamento.

A relação das escolas do Agrupamento com a comunidade educativa.

A abertura ao diálogo por parte das estruturas de gestão e coordenação.

A existência de uma cultura organizacional e de autoavaliação estáveis.

A diversidade da oferta formativa e das respostas educativas, incluindo a oferta extracurricular e de complemento de formação.

As funções desempenhadas pelo Diretor de Turma/Professor/Educador Titular de Turma junto dos alunos.

O apoio educativo proporcionado a todos os alunos pelas diferentes equipas.

A biblioteca escolar como promotora de atividades culturais de forte impacto na comunidade educativa.

As instalações, equipamentos e os recursos educativos em algumas escolas do Agrupamento.



### Áreas de melhoria prioritárias

Os resultados nos exames nacionais em algumas áreas curriculares/disciplinas dos diferentes ciclos.

O número de ocorrências disciplinares nos 2.º e 3.º ciclos.

A integração das TIC nas atividades letivas.

As práticas de articulação curricular entre ciclos e intradepartamental.

A escassez de recursos informáticos e de espaços específicos (salas de aula, laboratórios), sobretudo na PAN.

A escassez de tempos comuns nos horários dos docentes para desenvolvimento de trabalho conjunto.

O plano de formação do pessoal docente e do pessoal não docente.

A partilha da prática letiva entre pares - abertura das salas de aula.

O espaço escolar, os equipamentos e os recursos educativos em algumas escolas do Agrupamento, em especial na PAN.

### Oportunidades a considerar

A possibilidade de articulação horizontal e vertical, melhorando a sequencialidade das aprendizagens ao longo do processo educativo.

A possibilidade de partilha de experiências e de recursos educativos entre as escolas do Agrupamento.

O Projeto TEIP.

Os protocolos e parcerias estabelecidos e a estabelecer com outras entidades.

### Constrangimentos a considerar

As fracas representações relativamente à função da escola e as baixas expectativas de alguns alunos, ou dos respetivos EE em relação ao seu percurso.

As carências económicas e sociais de um número significativo de famílias, em particular, dos alunos do ensino básico.

A falta de domínio da língua portuguesa por parte de alguns alunos.

A escassez dos recursos financeiros.



## VI. DIMENSÕES E OBJETIVOS DO PE

### D1 | DIMENSÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

#### Objetivo Geral

Promover o sucesso educativo.

#### Objetivos Estratégicos

1. Melhorar de forma sustentada os resultados escolares.
2. Melhorar os níveis de assiduidade dos alunos.
3. Reduzir a taxa de abandono escolar dos alunos.
4. Promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem.
5. Valorizar as aprendizagens dos alunos.
6. Diversificar a oferta educativa curricular de modo contextualizado e sustentado.
7. Melhorar o acompanhamento e a supervisão da prática letiva.
8. Promover uma cultura de interesse pelo conhecimento.

### D2 | DIMENSÃO SOCIAL, CULTURAL E DE CIDADANIA

#### Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento pessoal dos alunos em várias dimensões (ética, cultural, social, desportiva e ecológica).

#### Objetivos Estratégicos

1. Promover a participação cívica e responsável dos alunos na organização e funcionamento das estruturas e atividades da escola.
2. Estimular a expressão crítica individual e coletiva dos alunos.
3. Promover atitudes positivas face ao meio físico e cultural no quadro de uma cidadania global e interdependente.
4. Prevenir a indisciplina, a insegurança e a violência nos recintos escolares e nas suas imediações.
5. Promover a coesão, o sentido de pertença/identidade e o respeito pela instituição escolar e por todos os membros da comunidade educativa.
6. Promover hábitos de vida saudável.



## D3 | DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

### Objetivo Geral

Contribuir para a melhoria consistente e contínua da prestação do serviço educativo.

### Objetivos estratégicos

1. Desenvolver uma cultura de liderança mobilizadora dos recursos e das estratégias necessárias à concretização do Projeto Educativo.
2. Melhorar a funcionalidade dos departamentos, enquanto estruturas de coordenação pedagógica, sem prejuízo da qualidade do trabalho desenvolvido pelos grupos de recrutamento que os integram.
3. Promover e apoiar a atualização científica e pedagógica dos professores.
4. Promover o desenvolvimento sustentado de práticas inovadoras.
5. Desenvolver ações que visem a sensibilização, promoção e desenvolvimento de práticas de inclusão.
6. Promover ações que contribuam para a melhoria do desempenho do pessoal não docente.
7. Promover e apoiar a integração das TIC na prática profissional.
8. Promover a requalificação dos equipamentos e dos espaços escolares.
9. Promover a participação da comunidade educativa na vida do Agrupamento.
10. Melhorar e diversificar as estratégias de comunicação interna e externa do Agrupamento.
11. Consolidar a ligação à comunidade mediante o reforço do número de parcerias.
12. Generalizar e reforçar os mecanismos de autorregulação do Agrupamento.



## DIMENSÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

**Objetivo Geral:** Promover o sucesso educativo.

D 1   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Melhorar de forma sustentada os resultados escolares.</li><li>2. Melhorar os níveis de assiduidade dos alunos.</li><li>3. Reduzir a taxa de abandono escolar dos alunos.</li></ol>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Reconfiguração do apoio ao estudo: planeamento, partilha e monitorização dos resultados.<ol style="list-style-type: none"><li>a) apoio ao estudo (1.º ciclo);</li><li>b) sala de estudo (2.º, 3.º ciclo e secundário).</li></ol></li><li>▪ Rentabilização/revitalização da Sala de Estudo (SE) através de:<ol style="list-style-type: none"><li>a) realização de sessões sobre técnicas e métodos de estudo;</li><li>b) recurso a estratégias diferenciadas (trabalho autónomo, estudo acompanhado, tutorias, ...) abrangendo todos os alunos presentes na SE;</li><li>c) cursos de curta duração/workshops (cultura portuguesa, ciências, artes...);</li><li>d) reforço do apoio nas disciplinas em que os alunos manifestam maiores dificuldades.</li></ol></li><li>▪ Monitorização do trabalho desenvolvido na Sala de Estudo.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Manter os resultados nas disciplinas com sucesso igual ou superior a 90%.</li><li>▪ Melhorar em, pelo menos, 1 ponto percentual os resultados nas disciplinas com sucesso entre 70 e 89%.</li><li>▪ Melhorar em, pelo menos, 2 pontos percentuais os resultados nas disciplinas com sucesso entre os 60 e os 69%.</li><li>▪ Melhorar em, pelo menos, 3 pontos percentuais os resultados nas disciplinas com menos de 60% de sucesso.</li><li>▪ Melhorar as taxas de sucesso em Português e Matemática, no 4.º, no 6.º, no 9.º e no 12.º ano, de acordo com as metas definidas no Plano de Melhoria TEIP.</li></ul>





D 1   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Promoção da partilha de experiências e de entreajuda como atitudes favoráveis à aprendizagem.</li><li>▪ Promoção de estratégias diferenciadas em contexto de sala de aula com vista a dar resposta a todos os alunos:<ul style="list-style-type: none"><li>a) Criação e/ou adaptação de recursos para o apoio e acesso ao currículo</li><li>b) Capacitação dos docentes para implementação de uma pedagogia diferenciada e de suporte e utilização de recursos adaptados.</li></ul></li><li>▪ Reorganização dos Apoios Educativos:<ul style="list-style-type: none"><li>a) recurso a estratégias de diferenciação pedagógica em trabalho de coadjuvação;</li><li>b) partilha de práticas pedagógicas e materiais;</li><li>c) reforço do trabalho colaborativo: reflexão, planificação, construção de materiais.</li></ul></li><li>▪ Dinamização das bibliotecas do 1.º ciclo, mediante a afetação de recursos humanos.</li><li>▪ Dinamização de sessões nas bibliotecas destinadas a:<ul style="list-style-type: none"><li>a) desenvolvimento do gosto pela leitura e melhoria dos níveis de literacia;</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Aproximar a média de classificação de exames no Agrupamento da média nacional, nas disciplinas em que esta seja inferior.</li><li>▪ Aumentar a percentagem de alunos que conclui o ciclo, no número de anos regulamentar (para todos os ciclos/cursos em particular para os cursos profissionais).</li><li>▪ Reduzir em 10% a taxa de absentismo escolar.</li><li>▪ Reduzir em 1,5% a taxa de abandono escolar.</li></ul>



D 1   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
<p>4. Promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>b) desenvolvimento de competências de pesquisa, seleção e tratamento da informação;</li><li>c) construção e leitura de mapas conceptuais;</li><li>d) etc.</li><li>▪ Aplicação do Referencial «Aprender com a Biblioteca Escolar» (conjunto de aprendizagens associadas à utilização da biblioteca escolar no pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos).</li><li>▪ Criação/revitalização de núcleos, laboratórios, projetos, clubes, jornais (impressos e/ou digitais), iniciativas pontuais (concursos, eventos, atividades físicas e desportivas).</li><li>▪ Criação de tutorias (aluno/aluno, professor/aluno)<ul style="list-style-type: none"><li>– em sala de aula, sala de estudo e em momentos de trabalho autónomo.</li></ul></li><li>▪ Promoção da participação dos alunos em projetos nacionais e internacionais:<ul style="list-style-type: none"><li>– Parlamento e Assembleia Municipal Jovem, Escolas Geminadas, Erasmus +, FPSPi - Torrance Center, etc.)</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Afetar um docente a cada duas escolas do 1.º ciclo para dinamizar as respetivas bibliotecas.</li><li>▪ Organizar, na biblioteca escolar, uma sessão de literacia da informação, por turma e por ano letivo, para todas as turmas de 3.º, 5.º e 10.º anos.</li></ul>



D 1   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Realização de sessões sobre motivação para o estudo (<i>coaching</i> motivacional) destinadas a desenvolver práticas de autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem.</li><li>▪ Promoção, nos alunos, de hábitos de autorregulação do processo de aprendizagem.</li><li>▪ Identificação atempada dos alunos que se encontram em situação de risco e/ou necessidade educativa especial.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Garantir o apoio a todos os alunos em função das suas necessidades e de acordo com os recursos disponíveis.</li></ul>
5. Valorizar as aprendizagens dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Divulgação, em vários espaços/suportes, dos trabalhos dos alunos.</li><li>▪ Organização e participação em concursos de reconhecido valor educativo, com atribuição de prémios aos melhores trabalhos.</li><li>▪ Reconhecimento do mérito através da atribuição de um certificado.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organizar exposições de trabalhos de alunos em todas as escolas.</li><li>▪ Divulgar os melhores trabalhos na página do Agrupamento.</li><li>▪ Organizar uma cerimónia pública de atribuição de certificados de mérito.</li></ul>



D 1   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
<p>6. Diversificar a oferta curricular de modo contextualizado e sustentado.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Abertura de cursos profissionais de acordo com os espaços físicos, os equipamentos e os recursos humanos existentes no Agrupamento, bem como os protocolos pré-estabelecidos com o meio empresarial.</li><li>▪ Estabelecimento de parcerias com empresas para fornecimento de estágios pós-curriculares.</li><li>▪ Estabelecimento de protocolos com Instituições da comunidade para fornecimento de estágios de sensibilização pré-profissional aos alunos com Currículo Específico Individual (CEI).</li><li>▪ Oferta de Português como língua não materna, de acordo com as necessidades dos alunos e da comunidade.</li><li>▪ Dinamização de Atividades de Vida Diária (AVD) para desenvolvimento de competências, com vista à promoção da autonomia pessoal e social dos alunos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Garantir a matrícula de pelo menos 50% dos alunos do AELC que pretendam frequentar Cursos Profissionais.</li><li>▪ Criar uma equipa multidisciplinar que coordene todos os estágios dos Cursos Profissionais e estabeleça todos os contactos e protocolos com as empresas promotoras dos estágios.</li><li>▪ Criar uma base de dados sobre os alunos que já concluíram os cursos para monitorizar o seu percurso profissional.</li><li>▪ Criar as condições para garantir a inserção de todos os alunos dos Cursos Profissionais na Formação em Contexto de Trabalho/Estágio.</li><li>▪ Criar uma base de dados com as empresas promotoras de estágios para adequar as matérias lecionadas ao contexto empresarial.</li><li>▪ Integrar os alunos com Currículo Específico Individual, que reúnam condições para o</li></ul>



D 1   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
		<p>efeito, em estágios de sensibilização pré-profissional, em Instituições da comunidade.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Assegurar a oferta de Português Língua Não Materna, a todos os alunos sinalizados com o nível A de proficiência.</li></ul>
7. Melhorar o acompanhamento e a supervisão da prática letiva.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Melhoria da articulação vertical entre ciclos/anos de escolaridade.</li><li>▪ Redefinição das estratégias em função dos resultados obtidos.</li><li>▪ Promoção de mecanismos de supervisão pedagógica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Promover um mecanismo interno de acompanhamento em cada departamento, no sentido de apoiar a prática pedagógica.</li><li>▪ Construir um conjunto de orientações/recomendações, por disciplina, resultantes da análise dos resultados do ano letivo anterior.</li></ul>
8. Promover uma cultura de interesse pelo conhecimento.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Desenvolvimento, em sala de aula, de atividades de aprendizagem autorregulada, baseadas em diferentes metodologias.</li><li>▪ Criação de condições para a prática das atividades experimentais particularmente na área das ciências.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Produzir e divulgar os referenciais de aprendizagem.</li><li>▪ Sempre que possível, criar condições para o desdobramento dos horários de modo a facilitar a prática de atividades experimentais.</li></ul>



D 1   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Produção de Guiões de Aprendizagem / Referenciais de Controlo da Aprendizagem:<ul style="list-style-type: none"><li>– explicitação dos objetivos, dos processos e dos conteúdos e avaliação, na perspetiva do aluno;</li><li>– produção de instrumentos de apoio nas diferentes etapas do processo de aprendizagem, para a potenciação e desenvolvimento da autonomia do aluno.</li></ul></li><li>▪ Desenvolvimento de iniciativas que visem a excelência no plano científico, técnico ou artístico.</li><li>▪ Reforço dos dispositivos de diferenciação pedagógica em função das necessidades, perfis e ritmos de aprendizagem.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Produzir Guiões de Aprendizagem, disponibilizando-o aos alunos.</li></ul>

#### Meios de verificação

- Resultados escolares dos alunos.
- Resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.
- Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.



## DIMENSÃO SOCIAL, CULTURAL E DE CIDADANIA

**Objetivo Geral:** Promover o desenvolvimento pessoal dos alunos em várias dimensões (ética, cultural, social, desportiva e ecológica).

D2   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
1. Promover a participação cívica e responsável dos alunos na organização e funcionamento das estruturas e atividades da escola.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Promoção do espírito associativo dos alunos, revitalizando e alargando a área de atuação da associação de estudantes.</li><li>▪ Revitalização da assembleia de delegados de turma.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Criar, durante a vigência deste PE, uma associação de estudantes que integre alunos da ESLC e da EB-PAN.</li><li>▪ Reunir, pelo menos uma vez por período, a assembleia de delegados de turma.</li><li>▪ Integrar os alunos no planeamento, operacionalização, realização e avaliação de atividades, cívicas, culturais, físicas e desportivas.</li></ul>
2. Estimular a expressão crítica individual e coletiva dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Dinamização de atividades curriculares e/ou extracurriculares que favoreçam a expressão crítica individual e coletiva dos alunos:<ul style="list-style-type: none"><li>– Rádio, Jornal e TV escolar, etc.</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Reforçar/reabilitar em cada escola do Agrupamento, o(s) meio(s) de expressão crítica individual e/ou coletiva dos alunos.</li></ul>



D2   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
<p>3. Promover atitudes positivas face ao meio físico e cultural no quadro de uma cidadania global e interdependente.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organização de palestras, encontros, reuniões de sensibilização para questões de cidadania, sempre que possível, com a participação de especialistas na área em questão.</li><li>▪ Participação em projetos e iniciativas ligadas ao exercício da cidadania.</li><li>▪ Promoção de projetos de intercâmbio com escolas/alunos de outras culturas/comunidades,<ul style="list-style-type: none"><li>– por exemplo no âmbito do <i>eTwinning</i> ou do <i>Erasmus+</i>.</li></ul></li><li>▪ Estimulação da participação dos alunos em atividades físicas de exploração da natureza, aproveitando o seu potencial para a promoção de valores ambientais, de proteção e de preservação do Património Natural.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organizar, pelo menos, uma atividade por período e por escola.</li><li>▪ Participar, pelo menos uma vez por ano, numa atividade no âmbito da cidadania.</li><li>▪ Organizar e dinamizar pela menos uma atividade por ano de exploração da natureza.</li></ul>





D2   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
4. Prevenir a indisciplina, a insegurança e a violência nos recintos escolares e nas suas imediações.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Formação de professores e pessoal não docente na área da mediação de conflitos.</li><li>▪ Promoção de estratégias fomentadoras de disciplina, respeito e regras de conduta,<ul style="list-style-type: none"><li>– mediante a reconfiguração do AGIR e do Gabinete de Apoio ao Aluno, bem como a implementação de Programas de Desenvolvimento de Competências Sociais, etc.</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Reduzir em, pelo menos, 5% as ocorrências disciplinares, tendo como referência os dados relativos ao ano letivo 2013-2014.</li><li>▪ Reduzir em, pelo menos, 10% as medidas disciplinares por aluno.</li><li>▪ Criar o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), de natureza multidisciplinar, e que contempla diferentes valências (Ação Social, GAP Jovem, Tutoria, AGIR)</li><li>▪ Organizar, pelo menos uma vez por ano, uma ação de formação na área de mediação de conflitos, destinadas a docentes e/ou não docentes.</li></ul>
5. Promover a coesão, o sentido de pertença/identidade e o respeito pela instituição escolar e por todos os membros da comunidade educativa.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Divulgação do Projeto Educativo, do Regulamento Interno e do Estatuto do Aluno e Ética Escolar através de:<ul style="list-style-type: none"><li>– Direção do Agrupamento, coordenadores de</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organizar uma reunião da Direção com os novos alunos e respetivos encarregados de educação (1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos).</li></ul>



D2   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<p>diretores de turma, direção de turma, reuniões de encarregados de educação, plataforma <i>Moodle</i> e página <i>web</i> do Agrupamento.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Disponibilização dos documentos estruturantes do Agrupamento a toda a comunidade educativa, em locais de fácil acesso:<ul style="list-style-type: none"><li>– PBX, sala de convívio dos alunos, portaria, <i>site</i> do Agrupamento, etc.</li></ul></li><li>▪ Organização de atividades que envolvam a participação de toda a comunidade educativa:<ul style="list-style-type: none"><li>– concursos, exposições, atividades lúdicas, atividades físicas e desportivas, etc.</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organizar uma reunião da Direção com o pessoal não docente, por período.</li><li>▪ Organizar, pelo menos, duas atividades conjuntas por ano.</li></ul>
6. Promover hábitos de vida saudável.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Reforço dos Programas Educação para a Saúde (PES) e Desporto Escolar.</li><li>▪ Criação de uma candidatura comum do Agrupamento, ao Projeto Eco-Escolas, operacionalizado em cada escola com atividades específicas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Mobilizar mais de 50% dos docentes para o cumprimento do Programa Educação para a Saúde.</li><li>▪ Realizar uma candidatura comum do Agrupamento ao Projeto Eco-Escolas.</li></ul>



D2   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organização de sessões para prevenção de comportamentos de risco.</li><li>▪ Promoção da prática de atividades físicas e desportivas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Realizar pelo menos uma sessão por ano que verse a prevenção de comportamentos de risco, dirigida a alunos, pais, pessoal docente e não docente.</li><li>▪ Realização de, pelo menos, dois eventos desportivos por ano abertos a toda a comunidade educativa.</li></ul>

#### Meios de verificação

- Resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.
- Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.



## DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

**Objetivo Geral:** Contribuir para a melhoria consistente e contínua da prestação do serviço educativo.

D3   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
<p>1. Desenvolver uma cultura de liderança mobilizadora dos recursos e das estratégias necessárias à concretização do Projeto Educativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Desenvolvimento de uma cultura colaborativa e de comprometimento com a missão do Agrupamento, de tolerância e de respeito pela diferença, que permita que todos os agentes se sintam envolvidos e corresponsabilizados.</li><li>▪ Promoção dos princípios de equidade e de justiça na gestão dos recursos humanos, nomeadamente na distribuição de serviço docente e não docente.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Realizar atividades no Agrupamento (comemoração de datas significativas, eventos culturais, recreativos, desportivos, etc.) que aumentem a participação da comunidade educativa.</li><li>▪ Incentivar a criação de grupos de trabalho transversais, cujos elementos sejam representativos dos diferentes ciclos/níveis de ensino.</li><li>▪ Promover a visibilidade das lideranças nas diferentes escolas do Agrupamento, descentralizando, num sistema rotativo, os locais de reunião das estruturas de gestão da escola.</li></ul>



D3   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
<p>2. Melhorar a funcionalidade dos departamentos, enquanto estruturas de coordenação pedagógica, sem prejuízo da qualidade do trabalho desenvolvido pelos grupos de recrutamento que os integram.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Criação de horários comuns para reuniões das estruturas de orientação e coordenação pedagógica (departamentos curriculares, grupos disciplinares, mediadores e docentes dos cursos noturnos).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Prever, nos horários, um bloco de 90 minutos para reuniões das estruturas de orientação e coordenação pedagógica.</li></ul>
<p>3. Promover e apoiar a atualização científica e pedagógica dos professores.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Promoção de uma prática reflexiva e de partilha sistemática, com vista à análise das práticas educativas e pedagógicas.</li><li>▪ Criação de um plano de formação do Agrupamento que contemple as necessidades formativas dos docentes.</li><li>▪ Organização de formação interna, de modo a introduzir uma cultura de comprometimento com o serviço e as equipas de trabalho e em resposta às necessidades formativas dos docentes.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Realizar, pelo menos, uma atividade formativa por departamento e por ano letivo e que promova a articulação vertical</li><li>▪ Organizar, em articulação com o Centro de Formação, pelo menos, duas ações de formação por ano de acordo com o plano de formação do Agrupamento.</li></ul>



D3   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
4. Promover o desenvolvimento sustentado de práticas inovadoras.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Promoção de práticas inovadoras, mediante a divulgação dos resultados junto da comunidade docente.</li><li>▪ Otimização dos projetos inovadores que existem no Agrupamento, nomeadamente no que diz respeito à utilização das TIC na aprendizagem.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organizar, pelo menos, um evento de divulgação de práticas inovadoras.</li><li>▪ Usar os canais de comunicação da escola (página <i>web</i>, <i>email</i> institucional, jornal escolar) para a divulgação de práticas inovadoras.</li><li>▪ Promover a participação de alunos e docentes em projetos inovadores de relevância pedagógica (pelo menos, um projeto por ano).</li></ul>
5. Desenvolver ações que visem a sensibilização, promoção e desenvolvimento de práticas de inclusão.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organização e dinamização de sessões de sensibilização, e/ou <i>workshops</i> dirigidos ao pessoal docente e não docente do Agrupamento.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Realizar, pelo menos, 3 ações por ano letivo, cuja temática verse a inclusão de todos os alunos.</li></ul>
6. Promover ações que contribuam para a melhoria do desempenho do pessoal não docente.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Calendarização e concretização de reuniões com o pessoal não docente.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Realizar uma reunião por período entre a Direção e o pessoal não docente (assistentes técnicos e assistentes operacionais).</li></ul>



D3   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Criação e implementação de um plano de formação do Agrupamento que contemple as necessidades formativas do pessoal não docente.</li><li>▪ Implementação de um mecanismo de controlo dos serviços prestados pelos assistentes técnicos e pelos assistentes operacionais:<ul style="list-style-type: none"><li>– introdução nos serviços de uma caixa para colocação de sugestões ou/e realização anual de inquéritos de satisfação aos utentes.</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Realizar reuniões mensais entre os encarregados dos assistentes operacionais e os assistentes operacionais e entre a chefe dos serviços administrativos e os assistentes técnicos, de modo a monitorizar os serviços e a resolver problemas em tempo útil.</li><li>▪ Promover e apoiar a formação do pessoal não docente, de modo a que cada assistente técnico e que cada assistente operacional frequente, interna ou externamente, pelo menos uma ação de formação por ano letivo.</li><li>▪ Criar e implementar um mecanismo interno de monitorização dos serviços prestados pelos assistentes técnicos e pelos assistentes operacionais.</li></ul>



D3   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
		<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organizar pelo menos uma atividade por ano que estimule o espírito de camaradagem entre pessoal docente e não docente.</li></ul>
7. Promover e apoiar a integração das TIC na prática profissional.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Criação de condições técnicas e reforço das competências na área das tecnologias da informação dos docentes, para a utilização das TIC, em todas as escolas do Agrupamento.</li><li>▪ Promoção da troca de experiências e boas práticas de utilização das TIC.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Reforçar a utilização da plataforma <i>Moodle</i>: aumentar 10% o número de professores/turmas inscritos, relativamente ao ano letivo 2013-2014.</li><li>▪ Reforçar as competências de utilização das tecnologias de informação e comunicação, com vista a uma maior autonomização dos docentes.</li><li>▪ Reforçar a utilização de recursos educativos em formato digital.</li><li>▪ Equipar o maior número possível de salas de aula do Agrupamento com um computador, um videoprojetor e uma ligação à <i>internet</i>.</li></ul>





D3   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
<p>8. Promover a requalificação dos equipamentos e dos espaços escolares.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Mobilização de entidades locais/comunidade local, no sentido de colaborar na requalificação dos equipamentos e dos espaços do Agrupamento.</li><li>▪ Sensibilização das entidades competentes para a necessidade urgente de requalificar equipamentos e espaços.</li><li>▪ Participação em concursos/atividades nacionais/internacionais de dimensão pedagógica que possibilitem a aquisição de equipamentos.</li><li>▪ Candidatura(s) a financiamento para projetos de acessibilidade, apresentada(s) a entidade(s)/instituições (fundações, entidades bancárias, autarquia, etc.)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Assegurar intervenções nos espaços e equipamentos da EB-PAN e da ESLC, de acordo com os recursos disponíveis.</li><li>▪ Mobilizar os serviços competentes no sentido de assegurar as intervenções necessárias nos espaços e equipamentos das escolas do 1.º ciclo.</li><li>▪ Assegurar espaços adequados para o funcionamento da Sala de Ensino Estruturado, Sala de AVD, Escola de Referência, para a realização de atividades específicas.</li><li>▪ Assegurar intervenções nos diferentes espaços e equipamentos que respeitem as normas de acessibilidade, garantindo a mobilidade e acessibilidade de qualquer membro da comunidade educativa.</li><li>▪ Apresentar pelo menos uma candidatura para financiamento de um projeto de acessibilidade.</li></ul>



D3   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
9. Promover a participação da comunidade educativa na vida do Agrupamento.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Implementação de atividades propostas e dinamizadas pelos pais/encarregados de educação.</li><li>▪ Organização de atividades abertas a toda a comunidade educativa.</li><li>▪ Mobilização dos pais/encarregados de educação para a resolução de problemas mediante o reforço dos canais de comunicação escola/família.</li><li>▪ Valorização do papel do Diretor de Turma/ Educador/ Professor Titular de turma como elemento de ligação escola-família.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Rececionar novos alunos e providenciar visitas às escolas.</li><li>▪ Organizar, pelo menos, uma atividade por ano aberta a toda a comunidade educativa.</li><li>▪ Envolver as Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento na planificação de pelo menos duas sessões de informação por escola/por ano.</li></ul>
10. Melhorar e diversificar as estratégias de comunicação interna e externa do Agrupamento.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Diversificação dos circuitos de comunicação interna e externa.</li><li>▪ Reforço da presença institucional do Agrupamento nas redes sociais como estratégia de comunicação externa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Melhorar os resultados obtidos na avaliação CAF relativos à estratégia de comunicação e à imagem externa do Agrupamento.</li><li>▪ Uniformizar os suportes de comunicação do Agrupamento.</li></ul>



D3   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação integrada que projete a identidade do Agrupamento na comunidade educativa.</li><li>▪ Divulgação da oferta formativa/recursos formativos do Agrupamento junto da comunidade.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Reforçar a utilização institucional das TIC como recurso de comunicação escola-família, através da criação de uma <i>mailing list</i>.</li><li>▪ Atualizar a página <i>web</i> do Agrupamento e melhorar a sua acessibilidade.</li><li>▪ Disponibilizar, na página <i>web</i> do Agrupamento, toda a informação relevante para os pais: critérios de avaliação, PE, RI, PAA.</li></ul>
11. Consolidar a ligação à comunidade mediante o reforço de parcerias.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Estabelecimento de novas parcerias e reforço das já existentes com empresas e instituições da comunidade local e regional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Manter/estabelecer parcerias e protocolos e potenciar a sua capacidade, de modo a dar resposta a situações decorrentes da prática educativa.</li></ul>
12. Generalizar e reforçar os mecanismos de autorregulação do Agrupamento.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Desenvolvimento do referencial de avaliação institucional do Agrupamento.</li><li>▪ Criação de grupos de trabalho (três, se</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Implementar, pelo menos, 90% das ações dos planos de melhoria resultantes de processos de avaliação interna.</li></ul>



D3   Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	cada grupo estiver associado a uma dimensão) para acompanhamento e avaliação da implementação do Projeto Educativo.	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Realizar uma reunião por período para aferição da implementação dos Planos de Ação - monitorizar as Intervenções e rever as Estratégias e Projetos propostos.</li><li>▪ Apresentar, em sessão anual, os resultados do trabalho realizado pelos grupos responsáveis por cada Dimensão: resultados obtidos e atualização do diagnóstico, de modo a envolver a comunidade escolar na prossecução dos objetivos do presente PE.</li></ul>

#### Meios de verificação

- Resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.
- Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.



## VII. INSTRUMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Uma vez aprovado o Projeto Educativo, é da responsabilidade de toda a comunidade escolar definir e orientar o conjunto de ações a desenvolver entre 2014 e 2017, fundamentado nas Metas, nas Orientações Estratégicas e nos Objetivos Estratégicos nele estabelecidos.

Este Projeto Educativo assume-se como documento inconcluso, reservando aos próximos Planos de Atividades, aos Planos de Ação a elaborar por cada uma das escolas do Agrupamento e ao documento das Orientações Pedagógicas do Agrupamento (OPA), a possibilidade de proceder a reajustamentos e reformulações.

Os referidos documentos, constituindo-se como instrumentos operacionalizadores do Projeto Educativo, devem estruturar-se de acordo com as seguintes orientações:

### Planos de Ação

Nos Planos de Ação devem constar os Objetivos Estratégicos, Orientações Estratégicas e Metas definidos no Projeto Educativo, as estratégias a implementar por cada escola de acordo com as suas necessidades, bem como a calendarização das mesmas e as estruturas envolvidas.

### Organização Pedagógica de Agrupamento (OPA)

Na OPA (em anexo 2.) estão definidos os critérios gerais de atribuição do serviço docente, definição da oferta educativa, constituição de turmas, elaboração dos horários dos alunos e avaliação pedagógica, em conformidade com o Projeto Educativo.

### Plano Anual de Atividades (PAA):

Deste documento, que será disponibilizado em suporte digital, devem constar as atividades propostas pela comunidade educativa, com a descrição, calendarização, dinamizadores, destinatários, local e o orçamento previsto para cada uma delas, e ainda a sua relação com os objetivos do projeto educativo.

### O Regulamento Interno (RI)

O RI constitui outro dos documentos que operacionaliza o Projeto Educativo, contendo as regras e procedimentos referentes à estrutura orgânica, pedagógica, administrativa e



financeira da Escola, os direitos e deveres dos seus atores, as competências dos seus órgãos e estruturas de orientação educativa, as medidas educativas e procedimentos disciplinares relativos aos alunos, estabelecendo, em síntese, o regime de funcionamento do Agrupamento.

## VIII. DIVULGAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

### 1. DIVULGAÇÃO

A divulgação do PE é de vital importância para que toda a comunidade se aproprie do mesmo e se mobilize para o concretizar.

Esta divulgação será feita através da Direção do Agrupamento, coordenadores de estabelecimento, coordenadores de diretores de turma, direção de turma, reuniões de encarregados de educação, plataforma *Moodle* e página *web* do Agrupamento, disponibilizando-o a toda a comunidade educativa em locais de fácil acesso tais como Portarias, o PBX, Salas de Professores e de Funcionários, Salas de Convívio dos Alunos, etc.

### 2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O PE funciona como instrumento de trabalho que direciona estrategicamente a intervenção. A sua implementação pressupõe a criação de um dispositivo de acompanhamento, monitorização, gestão e avaliação.

Este dispositivo tem como objetivo dinamizar a execução do plano, adaptando-o às novas realidades institucionais, e implicar de maneira ativa os participantes, responsabilizando-os nas atividades a executar e nas decisões sobre a sua implementação e avaliação.

A avaliação final do PE constará de um relatório sobre o grau de concretização das metas definidas, que tenha em conta os resultados escolares, os relatórios do Plano Anual de Atividades, do Projeto TEIP, do GAAF e da Autoavaliação do Agrupamento.



No acompanhamento e avaliação da concretização do PE dever-se-á aplicar a metodologia da avaliação formativa, através da construção de formulários disponibilizados *online*, cuja incidência se refletirá na apreciação do grau de execução dos objetivos e concretização das metas, assim como do nível de satisfação.

Os resultados da avaliação serão alvo de análise e reflexão participada a realizar em sessão pública com a comunidade educativa, com o propósito da implementação de ações de melhoria.

Instrumentos de monitorização/avaliação (Quantitativa)	Responsáveis pela elaboração	Responsáveis pela monitorização/avaliação	Calendarização
Relatórios das atividades/projetos	Dinamizadores	Equipa de trabalho do PAA	De acordo com a respetiva duração
Relatórios intermédios e final do PAA	Equipa de trabalho do PAA	Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Geral	Trimestral (final do período letivo) Anual (final do ano letivo)
Relatórios dos grupos de trabalho	Grupos de trabalho (a criar) Ver D3/Objetivo 1	Direção, Conselho Pedagógico	Anual (final do ano letivo)
Relatórios de diretores de turma/professores titulares de turma/mediadores/coordenadores pedagógicos	Diretores de turma/professores de titulares turma/mediadores/coordenadores pedagógicos	Direção Conselho Pedagógico	Anual (final do ano letivo)
Relatório do GAAF	Equipa de trabalho do GAAF	Direção Conselho Pedagógico	Trimestral (final de cada período) Anual (final do ano letivo)
Relatório da coordenação TEIP	Equipa de coordenação TEIP	Direção Conselho Pedagógico	Semestral
Relatório de autoavaliação do Agrupamento	Equipa do GAE/Empresa consultora	Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Geral	Periódica (Variável de acordo com cada instrumento)
Relatório sobre o impacto do PE na comunidade	Equipa de acompanhamento do PE (a criar)	Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Geral	Anual (final do ano letivo)
Relatórios da Direção (contas de gerência, projeto de orçamento e autoavaliação)	Direção, Conselho Administrativo	Conselho Geral	Anual (final do ano letivo)



Avaliação Quantitativa			
Indicadores	Instrumentos	Responsáveis	Calendarização
<ul style="list-style-type: none"><li>- Taxa de transição por ano de escolaridade.</li><li>- Taxa de abandono por ano de escolaridade.</li><li>- Níveis de sucesso por disciplina/ano.</li><li>- Percentagens de absentismo.</li><li>- Taxas de participação dos pais/encarregados de educação na vida da Escola.</li><li>- Número de participações de carácter disciplinar por ano de escolaridade.</li><li>- Níveis de participação nas atividades/projetos.</li></ul>	Relatórios de análise dos dados estatísticos *	Conselho Pedagógico	Anual

\* Após a sua elaboração, os relatórios deverão ser alvo de uma análise reflexiva nos departamentos, com vista à reformulação de estratégias.





## IX. BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Rui (coord.), *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação* Guião de apoio, Agência Nacional para a Qualificação, 2011.

CAPUCHA, Luís, *Planeamento e Avaliação de Projectos*, DGIDC, 2008.

HARGREAVES, Andy, EARL, Lorna e RYAN, Jim, *Educação para a Mudança - Reinventar a escolar para os jovens adolescentes*, Porto Editora, 2001.

TAMEN, Pedro, *O Livro do Sapateiro*, D. Quixote, 2010.

TEDESCO, Juan Carlos, *O Novo Pacto Educativo*, Fundação Manuel Leão, 1999.

### Outra documentação

- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho.
- Estatísticas diversas (Inst. Nac. Estatística, MISI e Gabinete de Avaliação Educativa).
- Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Esc. de Rio de Mouro (2012/2013).
- Plano Curricular de Escola da EB de 1.º Ciclo, c/ JI de Rio de Mouro n.º 1.
- Plano Curricular de Escola da EB de 1.º Ciclo, c/ JI de Rio de Mouro n.º 2.
- Plano Curricular de Escola da EB de 1.º Ciclo da Rinchoa n.º 2.
- Plano Plurianual de Atividades da Escola Secundária Leal da Câmara (2010-2013).
- Planos de Ação de Melhoria da Escola Secundária Leal da Câmara (2010 e 2012/2013).
- Projeto de Intervenção (2013/2017) - candidatura a diretor do AELC.
- Projeto Educativo da Escola Secundária Leal da Câmara (2009-2013).
- Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro, Padre Alberto Neto (2009-2013).
- Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Serra das Minas (2008-2011).
- Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro.
- Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro, Padre Alberto Neto (IGEC, 2008).
- Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento Horizontal de Serra das Minas (IGEC, 2010).
- Relatórios de Avaliação Externa da Escola Secundária Leal da Câmara (IGEC, 2007 e 2011).
- Relatório da Avaliação Interna do AELC (CAF 2014).
- Relatórios do TEIP (Plano de Ação de Melhoria 2013/2014, Relatórios Intermédios 2014).



## X. ANEXOS

### 1. LEAL DA CÂMARA: O PATRONO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro foi constituído em 2012, tendo como escola sede a Escola Secundária Leal da Câmara. Em 2014, por decisão do respetivo Conselho Geral, o Agrupamento escolheu manter como patrono Mestre Leal da Câmara, personalidade brilhante e multifacetada com particular importância na história local, que o Agrupamento tomará como referência comum na construção da sua identidade e como figura inspiradora na sua relação com a comunidade.

Mestre Leal da Câmara nasceu na Índia em 1876 e faleceu na Rinchoa, Rio de Mouro, em 1948. Republicano convicto, foi professor metodólogo de reconhecido mérito e dedicou-se às artes, tendo-se distinguido como caricaturista.

Melhor do que quaisquer outras, as palavras de Élvio Melim de Sousa<sup>3</sup>, ajudam-nos a ‘descobrir’ o Mestre:

*«Homem independente e inconformado, tentou, em tudo o que fez, dar um contributo inovador, se bem que sempre regido dentro de padrões deontológicos e éticos inquestionáveis; tendo, afinal, concluir-se-á, pautado toda a sua conduta existencial por ideais de humanismo e de cidadania, tornando-se, também aqui, uma referência cívica incontornável no Portugal do seu tempo e, mesmo ainda, em parte, no de hoje.*

*Leal da Câmara não foi, portanto, apenas um artista famoso que triunfara entre nós e no estrangeiro. Ele foi, principalmente, um `exemplo' para a sua geração. Desalinhado, rebelde e de elevada autonomia mental, marcou a diferença na sua época, como intelectual de penhorado mérito.*

*Usando magistralmente a sua arte, pondo ao serviço dela o seu génio criador e colocando ambos, por sua vez, ao dispor da sociedade, o Mestre acabou por lutar, durante toda a vida – e isso tem de lhe ser reconhecido –, por um Portugal melhor, mais fraterno, mais solidário, mais próspero, mais culto, mais instruído, mais*

---

<sup>3</sup> Antigo Chefe da Divisão de Museus Municipais da C. M. Sintra.



*progressista, mais desenvolvido e mais justo, em suma, mais humano. É nesse Humanismo e na sua peculiar acção cívica, pois, que se deve achar e colocar a ênfase da sua prestação de vida (Pangim, Nova Goa, Índia Portuguesa, 1876 – Rinchôa, Sintra, 1948).*

*Tanto em Portugal, quando colocou a sua arte ao serviço dos ideais republicanos; como, depois, em Madrid, onde frequentou os mais vanguardistas círculos artísticos e colaborou em revistas de elevado prestígio; ou como, em Paris, onde se exilou por mais de onze anos, tendo trabalhado para as mais importantes revistas e boletins, cobrindo e fixando plasticamente todos os acontecimentos mundiais que se iam registando; ou já como, muito tempo depois, e de novo no nosso país, onde concebe várias caricaturas para diversos órgãos de comunicação, captando, entretanto, e melhor do que ninguém, os Saloios na sua vivência quotidiana, Leal da Câmara, dizíamos, foi sempre exímio e magistral na execução dos seus desenhos.*

*Muito mais do que um homem de cultura, ou artista, ou professor, ou metodólogo, ou designer, ou jornalista, ou cartazista, ou ilustrador, ou animador cultural, ou caricaturista, ou devotado impulsor do bem-estar das gentes da Rinchôa e das Mercês, que tudo foi, Leal da Câmara foi, sobretudo, um cidadão do mundo! Aberto, íntegro, lúcido, tolerante, superior, maior.» (E. M. Sousa)*



## 2. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO AGRUPAMENTO

### 1. Critérios para atribuição do serviço docente

- 1.1. A distribuição do serviço docente deve respeitar a legislação em vigor, fazendo prevalecer os legítimos interesses dos alunos e a defesa da qualidade de ensino.
- 1.2. A atribuição do serviço docente é feita pelo órgão de gestão do Agrupamento, de acordo com o legalmente estabelecido e as recomendações do Conselho Pedagógico.
- 1.3. No 1.º ciclo, os coordenadores de ano cumprem uma parte da componente de estabelecimento na realização de tarefas de organização e orientação pedagógica.
- 1.4. Em cada ciclo/nível de ensino deve possibilitar-se a cada professor o acompanhamento dos seus alunos ao longo dos diferentes anos de escolaridade, desde que não existam objeções por parte do Conselho Pedagógico ou do órgão de gestão.
- 1.5. Em cada grupo de docência deve ponderar-se a criação de grupos de especialização (ano de escolaridade/nível) e implementar-se a distribuição de serviço com esse critério, sempre que isso não colida com a preferência expressa no ponto anterior.
- 1.6. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, na distribuição dos tempos letivos diários, não devem incluir-se mais do que três blocos de 90 minutos seguidos, nem mais do que quatro blocos de 90 minutos interpolados.
- 1.7. O horário de cada docente deverá incluir preferencialmente apenas dois níveis ou disciplinas diferentes, devendo ser equilibrada a distribuição do serviço pelos vários professores do grupo de recrutamento.
- 1.8. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, cada nível ou disciplina deve ser lecionado, sempre que possível, por uma equipa de, pelo menos, dois professores.
- 1.9. As turmas que integram alunos com currículo específico individual (CEI) deverão ser atribuídas, prioritariamente, a professores com experiência comprovada a nível pedagógico, mantendo, tanto quanto possível, a continuidade.
- 1.10. Sempre que possível, não devem ser atribuídas a cada professor mais do que duas turmas dos cursos profissionais ou com percursos curriculares alternativos (PCA).
- 1.11. As direções de turma, as coordenações pedagógicas do Ensino Recorrente e as mediações dos Cursos de Educação e Formação de Adultos devem ser atribuídas, prioritariamente, a professores com um perfil adequado ao cargo (experiência comprovada a nível pedagógico, capacidade de mediação, experiência na coordenação de projetos, facilidade de comunicação e relacionamento interpessoal), mantendo, tanto quanto possível, a continuidade.
- 1.12. Depois de esgotadas as características referidas no ponto anterior, a atribuição do cargo deve estar de acordo com a seguinte ordem: professores do quadro, professores contratados profissionalizados, outros professores contratados.
- 1.13. As direções de turma dos cursos profissionais devem ser atribuídas de preferência a professores do quadro, de acordo com o perfil enunciado em 1.11.
- 1.14. Os diretores de turma deverão assegurar a continuidade da direção de turma, dentro do mesmo ciclo, sempre que possível e desde que se entenda que essa continuidade é profícua.
- 1.15. Os diretores de turma dos 5.º, 6.º, 7.º e 10º anos (ensino diurno) e as turmas de que são diretores terão no seu horário um segmento de 45 minutos (hora de *Projeto de Turma*), destinada ao desenvolvimento das atividades previstas no número 10 do Cap. V - B, item 3. a), do Regulamento Interno.



- 1.16. Os diretores de turma dos 8.º e 9.º anos e dos cursos profissionais deverão ter na componente não letiva do seu horário um segmento de 45 minutos para tratar com os alunos de assuntos relacionados com a turma.
    - 1.16.1. Nos 11.º e 12.º anos, sempre que possível ou necessário, deverá ser adotado o mesmo procedimento.
  - 1.17. Os membros do Conselho Pedagógico, do Conselho Geral, os representantes de grupo de recrutamento/ciclo e os membros da equipa do Gabinete de Avaliação de Escola não deverão ter serviço letivo atribuído nas tardes de quarta-feira.
  - 1.18. Todos os departamentos dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário terão um bloco de 90 minutos comum sem aulas, para permitir a realização de reuniões com os respetivos professores e a articulação entre diferentes ciclos e níveis.
    - 1.18.1. Cada grupo de docência dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário terá, sempre que possível, um bloco de 90 minutos em comum sem aulas para permitir a realização de reuniões entre os professores do mesmo ciclo ou nível de ensino e a articulação entre diferentes ciclos e níveis.
  - 1.19. Por conveniência de serviço ou de forma a garantir a realização de projetos e atividades, os horários dos professores envolvidos poderão contemplar uma manhã ou uma tarde em comum sem serviço letivo atribuído, por sugestão do Conselho Pedagógico ou do Diretor, mediante proposta fundamentada.
  - 1.20. No 1.º ciclo, os coordenadores de ano cumprem uma parte da componente de estabelecimento na realização de tarefas de organização e orientação pedagógica.
  - 1.21. De forma a rentabilizar o espaço das salas de estudo e a melhorar o apoio prestado aos alunos, não devem ser marcadas horas de apoio da mesma disciplina por mais do que dois professores em simultâneo.
2. **CrITÉrios para seleÇão dos alunos**
    - 2.1. Os critérios para seleção dos alunos que pretendem frequentar este Agrupamento são os regulamentados no Despacho n.º 5048-B/2013, de 12 de abril.
3. **CrITÉrios para constituíção de turmas**
    - 3.1. A constituição de turmas dos alunos do ensino diurno que ingressem pela primeira vez na Escola/Agrupamento faz-se de acordo com o determinado no Despacho n.º 5048-B/2013, de 12 de abril.
    - 3.2. Na constituição de turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica.
    - 3.3. Deve constituir-se uma ou duas turmas por ano de escolaridade em que se concentrem, sempre que possível, e respeitando a legislação em vigor, os alunos de PLNM, de forma a facilitar o trabalho a realizar com estes alunos.
    - 3.4. Os alunos que optem pela frequência da disciplina de opção de Educação Moral e Religiosa devem ser agrupados, sempre que possível, na mesma turma.
    - 3.5. Os alunos que frequentam o ensino articulado de música devem, sempre que possível, ser agrupados na mesma turma.
    - 3.6. Na constituição de turmas, será de ter em conta a distribuição equitativa dos alunos com necessidades educativas especiais, em todos os anos de todos os ciclos e níveis de ensino.
    - 3.7. Os alunos retidos e/ou com um número relevante de ocorrências disciplinares deverão ser distribuídos pelas turmas de forma equitativa.
    - 3.8. As turmas devem ser constituídas preferencialmente por um número idêntico de raparigas e de rapazes.



- 3.9. Na constituição de turmas do 1.º ano, os grupos oriundos dos jardins de infância, caso não possam integrar a mesma turma, serão divididos de acordo com as informações dadas pelas educadoras de infância, professores de Educação Especial e, sempre que possível, de acordo com as preferências manifestadas pelos encarregados de educação.
    - 3.9.1. Quando se torne necessária a divisão por turmas distintas não devem, no entanto, ser deixados alunos isolados numa turma.
  - 3.10. Nas turmas a constituir no 5.º ano de escolaridade deve garantir-se a distribuição equilibrada dos alunos do 4.º ano provenientes dos quatro estabelecimentos de ensino do Agrupamento com 1.º ciclo.
  - 3.11. Com caráter excepcional, na constituição das turmas do 5.º ano de escolaridade, poderá ter-se em conta a manutenção do grupo turma do ano letivo anterior, de acordo com o parecer do professor titular de turma, em articulação com o professor de Educação Especial, e ratificado pelo Conselho de Docentes do 1.º ciclo.
  - 3.12. Nos anos de continuidade deve manter-se a turma em bloco, a não ser por opção expressa do professor titular de turma/Conselho de Turma, do professor de Educação Especial, do Gabinete de Apoio ao Aluno, ou de algum encarregado de educação, devidamente fundamentada.
  - 3.13. Sempre que possível, os irmãos integram o mesmo turno, salvo parecer contrário do professor titular de turma/diretor de turma ou do encarregado de educação.
  - 3.14. No caso de alunos matriculados nos 7.º, 10.º e 12.º anos, deve respeitar-se, sempre que possível, as escolhas opcionais dos alunos, formando as turmas de acordo com as disciplinas onde haja mais alunos inscritos e esteja garantido o número mínimo de alunos previsto no Despacho n.º 5048-B/2013, de 12 de abril.
  - 3.15. Caso seja necessária a deslocação de alunos para outras escolas do Agrupamento ou para outros agrupamentos, será tida em conta a morada dos alunos. Caso se verifique a proximidade de moradas, será deslocado o aluno mais velho.
  - 3.16. No caso dos alunos do 1.º ano, verificando-se serem alunos condicionais, e atendendo ao ponto anterior, prevalece junto destes o critério de deslocação de escola.
- 4. Critérios para elaboração dos horários dos alunos**
- 4.1. Os horários dos alunos devem ser elaborados de acordo com critérios de natureza pedagógica com o objetivo de possibilitar boas condições de aprendizagem.
  - 4.2. A unidade letiva (período de tempo em que decorre a atividade letiva) é de 45 minutos ou de 90 minutos, podendo assumir outra duração em função da carga horária semanal prevista nas matrizes curriculares e nos desdobramentos em determinadas disciplinas.
  - 4.3. As horas de início e de termo de cada um dos períodos de funcionamento das atividades letivas (manhã, tarde e noite), são, em cada ano letivo, as que constam do Plano Anual de Atividades.
  - 4.4. No 1.º ciclo privilegia-se, para as atividades letivas, o horário normal.
    - 4.4.1. Quando as atividades letivas são intercaladas com as atividades de enriquecimento curricular, este horário pode, no máximo, duas vezes por semana, sofrer a seguinte alteração: 11:00/13:00 - 14:00/17:00.
    - 4.4.2. Quando o número de alunos não permite a realização de horário normal, as atividades letivas funcionam em horário duplo. Nestes casos, as Atividades de Enriquecimento Curricular funcionam em contra horário.
  - 4.5. Nos restantes ciclos de ensino, a distribuição da carga horária semanal deve ser organizada, tanto quanto possível, dentro do respetivo turno.
  - 4.6. Nos 2.º e 3.º ciclos, deverá ser aplicado em todas as turmas, sempre que possível, um sistema rotativo anual de turnos manhã e tarde, com as exceções previstas na lei e das turmas (grupo de



alunos) dos alunos com Necessidades Educativas Especiais que apresentam um perfil de funcionalidade que aponta para a necessidade de desenvolverem atividades letivas durante o período da manhã e das turmas de percurso curricular alternativo.

- 4.7. O limite de tempo máximo admissível entre aulas de dois turnos distintos não pode ser superior a um bloco de 90 minutos ou a três tempos de 45 minutos, exceto nos casos em que tal se revele impossível por condicionalismos de espaço.
  - 4.8. A atribuição dos tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana não deve ocorrer em dias consecutivos.
  - 4.9. A distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas de língua estrangeira deve ser intercalada com o de outras disciplinas do currículo, ou ocorrer em diferentes dias da semana.
  - 4.10. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, cada turma poderá ter oito segmentos de 45 minutos por dia ou, no máximo, dez segmentos, mas, neste caso, apenas em dois dias da semana.
  - 4.11. A divisão de uma turma em dois grupos implica que seja sempre acautelada a não existência de tempos desocupados nos horários dos alunos.
  - 4.12. As aulas de cada turma do 2.º ciclo do ensino básico devem concentrar-se, sempre que possível, numa mesma sala, exceto nas disciplinas que exigem uma sala específica.
  - 4.13. Na elaboração dos horários dos alunos deve evitar-se que a mesma disciplina seja sempre colocada no último bloco do horário.
  - 4.14. Nas disciplinas com componente laboratorial do ensino secundário, deve, sempre que possível:
    - 4.14.1. evitar-se que duas turmas do mesmo ano de escolaridade tenham as aulas práticas de laboratório em simultâneo, de modo a permitir a disponibilidade dos equipamentos e o acesso aos materiais/recursos necessários;
    - 4.14.2. evitar-se que as aulas teóricas que integram o horário de cada turma sejam marcadas entre as aulas práticas laboratoriais;
    - 4.14.3. marcar-se as aulas práticas dos dois turnos no mesmo dia.
  - 4.15. As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se uma hora depois de findo o período definido para almoço no horário do respetivo grupo/turma.
  - 4.16. Nos cursos profissionais, sempre que possível, devem ser salvaguardadas duas aulas semanais de Educação Física de 45 minutos.
  - 4.17. A oferta complementar nos 8.º e 9.º anos, designadas como apoio ao estudo de Matemática (AEM) e de Português (AEP), e o apoio pedagógico acrescido (APA) devem ser atribuídos preferencialmente ao docente titular da disciplina, de forma a permitir um trabalho dirigido às dificuldades dos alunos.
  - 4.18. A distribuição dos apoios a prestar aos alunos deve ter em conta o equilíbrio do seu horário semanal.
  - 4.19. A alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas por ausências de docentes deve revestir-se de carácter absolutamente excepcional e depende de autorização prévia do Diretor. Concedida a autorização, é obrigatória a comunicação por escrito, com a devida antecedência, da alteração do horário da turma aos Encarregados de Educação.
- 5. Medidas de apoio pedagógico**
- 5.1. As medidas de apoio educativo, no 1.º ciclo, devem ser aplicadas de forma flexível, tendo por objetivo apoiar o maior número de alunos na criação de métodos de estudo e garantir um acompanhamento eficaz do aluno face às primeiras dificuldades identificadas, devendo visar prioritariamente o apoio nas disciplinas de Português e de Matemática.



- 5.2. Nos restantes ciclos e níveis de ensino, as medidas de Apoio ao Estudo devem garantir um acompanhamento eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e devem ser flexíveis e orientadas para a satisfação de necessidades específicas.
  - 5.3. Na concretização das medidas de Apoio ao Estudo referentes ao 2.º ciclo, as turmas devem, em cada área disciplinar do Apoio, ser agrupadas duas a duas, de forma a permitir a constituição de pares pedagógicos e a formação temporária de grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar/ dificuldades de aprendizagem específicas, garantindo um acompanhamento mais eficaz de cada grupo.
  - 5.4. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, deve ser garantido o acompanhamento de alunos que tenham progredido com classificação final inferior a 3 a Português ou a Matemática no ano escolar anterior.
  - 5.5. A oferta complementar prevista nas matrizes curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos é definida, em cada ano letivo, pelo Conselho Pedagógico, com base numa proposta fundamentada do Diretor, e deverá visar a melhoria das competências sociais e escolares dos alunos.
  - 5.6. A componente letiva dos docentes deverá incluir, sempre que possível, tempos para a coadjuvação em sala de aula e para o Apoio ao Estudo, valorizando-se as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino, nomeadamente nas disciplinas estruturantes do currículo.
  - 5.7. As medidas previstas nos números anteriores devem ser geridas com o objetivo de melhorar o sucesso escolar dos alunos e aplicadas segundo critérios de eficácia, com recurso à componente não letiva dos docentes e à componente de apoio pedagógico do crédito horário do Agrupamento.
- 6. Critérios a considerar na autorização de mudança de turno**
- 6.1. Condicionamento comprovado por relatório médico.
  - 6.2. Atletas ao abrigo do Estatuto de Alta Competição.
  - 6.3. Alunos que comprovadamente estejam empregados.
  - 6.4. Data de entrada do requerimento, acompanhado dos documentos devidos, em conformidade com os subpontos anteriores.